

Feminicídio no DF já ultrapassa 2022

É preciso um bastão Duas mulheres foram mortas em 48 horas no Distrito Federal, somando 18 vítimas em seis meses neste ano. Em São Sebastião, Valdice Santana foi assassinada, ontem, e o principal suspeito é o namorado, Bruno Gomes

O flagelo do feminicídio

• NAUM GILÓ

N a primeira metade de 2023, o Distrito Federal tem mais registros de feminicídios do que todo o ano passado. De acordo com o Relatório de Segurança Pública do Distrito Federal (SRSP-DF), 18 mulheres já perderam a vida violentamente, em razão do gênero, de janeiro até ontem — em a média que o registro em todo o ano de 2022, segundo o Plano de Feminicídios da pasta. Os últimos dois casos ocorreram em um espaço de apenas dois dias. No sábado, Emily Talita da Silva, 29 anos, foi assassinada pelo ex-namorado, que a fogueira pela costa e fugiu do crime no S/Nocentini, por volta das 18h. Menos de 24 horas depois, em São Sebastião, outra mulher foi morta pelo companheiro, Valdice Santana, 47, mestrea com o marido, o pedreiro Bruno Gomes de Oliveira, 27, em uma casa na Quadra 02 do bairro São Bartolomeu. O suspeito controla dois policiais que estava bebendo com a namorada desde o fim de semana e que, às 22h, tinha ido dormir com ela. Crimes, por volta das 5h, de acordo com o relato de Bruno aos policiais, ele acordou se supressão ao perceber que o companheiro estava gelado.



Valdice Santana



Bruno Gomes em flagrante. Bruno Gomes de Oliveira, 27, é acusado de matar a namorada

embrulhar ao volante, fardo e uso de drogas. Há, também, um registro de denúncia pela Polícia da Prisão contra ele, feito por uma outra namorada, em 2021. Se for condenado pelo crime, o delicto pode pagar de 12 a 30 anos de prisão.

Alerta

A morte de Valdice aconteceu em 17 de Collândia. Um dia depois, Mirian Nunes, 26, foi brutalmente assassinada pelo marido, André Muniz, 52, em casa, na QNM 21, na mesma região administrativa. Há em março, em uma única quinta-feira, Letícia Barbosa Martins, 25, e Karine Ferreira de Jesus, 18, tiveram a vida arrancada

das correntemente, em momentos e locais diferentes, pelos respectivos maridos. E agora, em junho, foram quatro ocorrências de feminicídio na capital do país. No último dia 20, Celi Costa do Amaral, 41, matou ex-marido, há mais de 10 anos, na casa dele, no bairro dos Santos, 35, a cidade, no fim dos pais. Filha de 14, em Verete Pires. No dia 2, o pedreiro Kennedy Thomas, 28, também foi assassinado, com golpe de faca pelo companheiro, Jonan Jonan em Santa Maria. Na sequência, veio Emily Talita, que comemorava



Valdice Santana Schettine, 47, foi morta afogada pelo companheiro, em São Sebastião, ontem



No sábado, Emily, 20, foi morta pelo ex com uma facada nas costas



Jonas Costa Potáxia, 29, matou a ex-namorada e está foragido

Suplantações

O corpo de Valdice foi sepultado na tarde de ontem, no Cemitério Ocidental (CO), há o sepultamento de Emily Talita da Silva, morta brutalmente pelo ex-companheiro com uma facada no sábado, será hoje, em Taguatinga. A família da vítima precisa fazer uma "vaquinha" para arrear o dinheiro e arcar com os custos de velório e sepultamento da jovem. O velório acontecerá a partir das 19h, no Cemitério Campo da Esperança, de Taguatinga. O enterro está marcado para às 19h30.

ela contou que ele a agrediu com tapas, além de punções de cabelo e abuso emocional. A vítima, que se caracteriza o feminicídio, ocorreu em 13 de março de 2015, é a condição da mulher em relação ao seu agressor. O crime pode ser caracterizado pelo sentimento de posse ou atropelamento simples caso de ocorrer em decorrência do gênero.

Denúncia

O delegado Valdice contra Mulheres, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que, no primeiro semestre do ano passado, no Brasil, em média, quinze mulheres foram assassinadas por dia, incluindo vítimas entre janeiro e junho. O Distrito Federal está entre as 13 unidades federativas com as mais altas taxas desse tipo de crime.

A Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) explica que os casos oficiais de feminicídios são definidos por uma Comissão Técnica, que realiza uma análise de ocorrências. O órgão explica que a qualificação pode mudar, de acordo com andamento das investigações ou, ainda, segundo o entendimento da Justiça, uma vez que o feminicídio é um qualificativo para o crime de homicídio.

Uma das principais ferramentas contra a violência é a denúncia, que pode ser feita em qualquer delegacia de polícia, não apenas nas duas unidades de Delegacia Especializada de Atendimento a Mulheres no Distrito Federal (Deam), localizadas na Asa Sul e em Collândia. Também é possível fazer a denúncia na delegacia virtual, pelo site da Polícia Civil (PCDF). Em casos de emergência, ou seja, quando não está ocorrendo uma briga, mas a mulher se encontra em situação de risco em um relacionamento abusivo, a denúncia pode ser feita pelo 180, canal que oferece orientações à vítima e a quem quer ajudá-la.

A SSP-DF disponibiliza às mulheres do Programa Sistema de Segurança Preventiva para Mulheres em Medida Protetiva de Urgência o aplicativo Viva Flaz. Após ser acionado, o mesmo mostra em tempo real a localização da mulher em situação de vulnerabilidade e permite às forças de segurança chegarem com mais agilidade ao local do socorro.

Colaboraram Eduardo Fernandes, Milla Ferreira e Pedro Maria



Cristina Tubino: torzenista para impedir agressor de repetir crimes

“Denunciar é obrigação de toda a sociedade”

• LAEZIA BEZERRA

A frequência de crimes contra a vida de mulheres e a forma como eles ocorrem demonstram a fragilidade na aplicação da lei e a falta de implantação de políticas públicas eficazes, por parte do poder público. Essa é a análise de Cristina Tubino, presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), criada há de ontem do Poder Judiciário.

Em conversa com as jornalistas Adriana Bernades e Alina Brito, a advogada destaca a necessidade de medidas protetivas múltiplas a serem aplicadas pelo Poder Judiciário, contra os agressores das mulheres, como uso de torzenista eletrônica e a falta de investimento na prevenção à violência tem levado mulheres a morte de forma cruel e com uma

prominência: espantosa entre um crime e outro. Para Cristina, um dos motivos para o elevado número de assassinatos contra mulheres pode estar na ausência de medidas drásticas, como o monitoramento por torzenista eletrônica, a partir do momento em que a mulher procura uma delegacia para registrar uma denúncia. O uso da torzenista seria um meio de evitar o agressor, para que ele não chegue a matar sua mulher.

“Esses homens se sentem controlados com o equipamento, pois está visível, emitiu um som, caso ele fosse um pouco maior que o estipulado. Mas, o problema começa na delegacia, em que, ao emitir o boletim de ocorrência, solicita medida protetiva que se resume apenas na distância de 200 metros e o uso do não há de cometer o crime. São muitas as medidas que a vítima tem direito, mas das não sobem. Falta

informação sobre o rol de medidas elencadas no boletim”, ressalta Tubino. De acordo com Cristina, a forma como o homem vê a mulher precisa ser transformada, de deixar ser uma questão cultural e histórica, em que a mulher sempre teve seus direitos privados, seja em vários profissões, seja em qualquer circunstância, como, por exemplo, quando ela decide colocar fim em um relacionamento. “A luta para que as mulheres sejam vistas com direitos iguais e permanente. A mulher está sempre num lugar de inferioridade. Não temos uma política preventiva de conscientização para combater a violência doméstica e o crime. Dados mostram que o ano de 2022 teve o menor investimento em políticas públicas de defesa voltadas à mulher e à igualdade de gênero, e o reflexo pode ser visto com esse aumento na morte de mulheres”, destaca.

Cristina ressalta que, tanto delegacias como o Poder Judiciário devem acolher a mulher vítima de violência, e não colocar a denúncia dela em dúvida. “É preciso tirar das costas da mulher a obrigação de denunciar crimes de violência doméstica, porque muitas vezes a mulher não sabe que está sendo vítima, dependendo do tipo da violência aplicada pelo agressor. Denunciar é uma obrigação de toda a sociedade”, explica a advogada. Para a presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB-DF, a conscientização começa na escola, com educação. “O papel do Estado é aplicar a rede de acolhimento da mulher vítima de violência, como incluem autonomia em programas sociais e atendimento psicológico. A prevenção, de forma ampla e efetiva, salta a vida de uma mulher”, conclui Cristina Tubino.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13